

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP PAR**  
**CNPJ/MF Nº 08.560.444/0001-93**  
**NIRE 52300010926**  
**COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO**  
**REGISTRO CVM Nº 2139-3**

**CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA**  
**EXERCÍCIO SOCIAL 2019 - ANO BASE 2018**

**1. FUNDAMENTAÇÃO**

A Companhia Celg de Participações - CELGP PAR ("Celgpar") elaborou Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, exercício social de 2019, fundamentado no Art. 8º, Inciso I, Inciso III, e Inciso VIII, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, com circulação no Diário Oficial da União, em 1º.07.2016.

A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa encontra-se subscrita pelos Conselheiros de Administração, consoante os dispositivos da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, reproduzidos no Inciso XXIII e no Inciso XXIV, do § 1º, do Art. 43, do Estatuto Social, de 28.06.2018 <sup>1</sup>.

**2. CONSTITUIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO**

A constituição da Celgpar foi autorizada pela Lei nº 15.714, de 28.06.2006, e pelo Decreto nº 6.569, de 21.11.2006, foco de regulamentação dessa lei, publicados no Diário Oficial do Estado de Goiás, em 29.06.2006 e 22.11.2006, respectivamente.

A Celgpar, em convergência com os dispositivos da legislação autorizativa, foi criada mediante Escritura Pública de Constituição Originária de Sociedade por Ações, de 04.12.2006, identificada a rerratificação, em 05.01.2007, desse documento público de criação <sup>2</sup>, observados os seguintes dados de identificação:

**2.1. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica**

08.560.444/0001-93

**2.2. Número de Identificação de Registro de Empresas <sup>3</sup>**

52300010926.

**2.3. Endereço da Sede Social**

Avenida C, Quadra A-48, Lote 6, nº 450, Sala 10, Edifício Andrade Office, Bairro Jardim Goiás, CEP 74805-070, na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás.

**2.4. Sítio da Celgpar**

<http://celgpar.celggt.com/>.

**2.5. Sítio de Relações com Investidores da Celgpar**

<https://ricelgpar.celggt.com/>.

**2.6. Tipo de Estatal**

Sociedade de Economia Mista.

**2.7. Acionista Controlador**

Governo do Estado de Goiás, observada a jurisdição da Celgpar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação, segundo alínea "g", do Inciso VII, do Art. 44, da Lei nº 20.491, de 25.06.2019, veiculada no Diário Oficial do Estado de Goiás, em 26.06.2019.

**2.8. Tipo Societário**

Sociedade Por Ações.

**2.9. Tipo de Capital**

Companhia de Capital Aberto.

<sup>1</sup> O Estatuto Social, de 28.06.2018, encontra-se alocado nos portais da Comissão de Valores Mobiliários e da B³ S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sucessora da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, em consonância com o Art. 30, Inciso XIII, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, editada no Diário Oficial da União, em 09.12.2009; e, também, no sítio da Companhia Celg de Participações, decorrente do Art. 13, § 2º, desse ato normativo.

<sup>2</sup> A Escritura Pública de Constituição da Companhia Celg de Participações, observada a denominação inicial de Companhia Goiás de Participações, e a Rerratificação desse documento público, foram publicados, em 15.01.2007, nas páginas 5, 6 e 7, do Diário Oficial do Estado de Goiás, e nas páginas 7 e 8, do jornal O Popular.

<sup>3</sup> O Número de Identificação de Registro de Empresas, sob a sigla de Nire, foi instituído pela disposição presente no Parágrafo único, do Art. 2º, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, divulgada no Diário Oficial da União, em 21.11.1994, objeto de identificação dos atos da Companhia Celg de Participações na Junta Comercial do Estado de Goiás.

**2.10. Agrangência da Atuação**  
Regional.

**2.11. Setor de Atuação**

Controladora de sociedades concessionárias do serviço público nas áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

**2.12. Escrituração de Ações**

Escriturador: Banco do Brasil S.A.

CNPJ: 00.000.000/0001-91

Início da Prestação de Serviços: 27.08.2008

Endereço: Rua Lélio Gama, 105, 16º andar, Centro, CEP 20031-080 - Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (21) 3808 3687

E-mail: aescriturais@bb.com.br

**2.13. Auditores Independentes**

Nome: Berkan Auditores Independentes S.S.

CNPJ: 21.449.300/0001-22

Responsável Técnico: Bradley Ricardo Moretti

CPF: 797.311.479-34

Telefone: (47) 3035 2668

E-mail: bradlei@berkan.com.br

**2.14. Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores**

Nome: José Fernando Navarrete Pena

Telefone: (62) 3612 3942

E-mail: navarrete@celggt.com

**2.15. Conselheiros de Administração**

- Sávio de Faria Caram Zuquim - Presidente;
- Wagner Oliveira Gomes - Vice-Presidente;
- Fabrício Borges Amaral;
- Fernando Oliveira Fonseca;
- Lener Silva Jayme;
- José Fernando Navarrete Pena;
- Dionizio Jerônimo Alves;
- Daniel Augusto Ribeiro; e
- Gilmar José de Moraes.

**2.16. Diretores**

- Lener Silva Jayme - Diretor-Presidente;
- José Fernando Navarrete Pena - Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores; e
- Anita Luzia de Souza Pinheiro da Costa Belchior - Diretora de Gestão Corporativa.

**3. POLÍTICAS PÚBLICAS**

O Inciso I, do Art. 8º, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, em relação aos aspectos de Governança Corporativa, determinou a tomada da seguinte providência:

" ...

*elaboração de carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos.*

... "

**4. CAPITAL SOCIAL E SOCIEDADE ABERTA**

A natureza jurídica da Celgpar <sup>4</sup>, identificada pela condição de Sociedade de Economia Mista, é resultado da propriedade, pelo Governo do Estado de Goiás <sup>5</sup>, de quantidade superior a 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação de emissão desta sociedade.

<sup>4</sup> O Capital Social da Companhia Celg de Participações é composto exclusivamente por ações de uma única espécie, observada a inexistência de subdivisão em classes, compreendendo 32.774.246 (trinta e dois milhões, setecentas e setenta e quatro mil, e duzentas e quarenta e seis) ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

<sup>5</sup> O Governo do Estado de Goiás é detentor de 32.696.436 (trinta e dois milhões, seiscentas e noventa e seis mil, e quatrocentas e trinta e seis) ações ordinárias, correspondentes a 99,763% (noventa e nove inteiros, e setecentos e sessenta e três milésimos por cento) do capital votante da Companhia Celg de Participações.

A Celgpar encontra-se registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sob o número 2139-3, em 14.03.2008 <sup>6</sup>, enquadrada na categoria "A", nos termos do Art. 2º, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, propagada no Diário Oficial da União, em 09.12.2009.

Os dispositivos da Lei nº 6.385, de 07.12.1976, emitida no Diário Oficial da União, em 09.12.1976, objeto da regulação do mercado de valores mobiliários e da constituição da Comissão de Valores Mobiliários, e os atos normativos dessa instituição, são de cumprimento obrigatório pela Celgpar.

Os valores mobiliários da Celgpar <sup>7</sup>, representados por ações ordinárias escriturais, administrados pela instituição depositária Banco do Brasil S.A., são negociados na B<sup>3</sup> S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sucessora da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros.

A Celgpar tem 191 (cento e noventa e um) investidores, sendo 84% (oitenta e quatro por cento) com registros diretos no Banco do Brasil S.A., e 16% (dezesesseis por cento) assentados na custódia da B<sup>3</sup> S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Sob a ótica do número total de ações (32.774.246), 99,84% (noventa e nove inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento) das ações estão inscritas na instituição depositária, e 0,16% (dezesesseis centésimos por cento) encontram-se consignadas na custódia dessa entidade do mercado de valores mobiliários.

A importância de R\$ 973.764.337,53 (novecentos e setenta e três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e três centavos) <sup>8</sup>, totalmente subscrita e integralizada, corresponde ao Capital Social Realizado da Celgpar.

## 5. OBJETO SOCIAL

A Celgpar tem por objeto social, segundo Art. 2º, do Estatuto Social, a participação em outras sociedades como acionista e, ainda, a exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, nas atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

O Parágrafo único, do Art. 2º, do Estatuto Social, dispõe sobre a prerrogativa da Celgpar de auxiliar no financiamento das sociedades controladas por todos os meios legais ao seu alcance, inclusive, prestando-lhes avais, fianças e outras modalidades de garantias de pagamento de seus empréstimos.

## 6. SUBSIDIÁRIA INTEGRAL

A Celgpar, até 26.01.2015, foi acionista única da Celg Distribuição S.A. - CELG D, entretanto, em 27.01.2015, mediante Admissão de Acionistas em Subsidiária Integral (Art. 253, Inciso I, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976), alienou 51% (cinquenta e um por cento) das ações de emissão dessa concessionária.

A concretização dessa operação resultou na seguinte estrutura acionária: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, com 50,93% (cinquenta inteiros e noventa e três centésimos por cento), Celgpar com 49% (quarenta e nove por cento) e outros acionistas com 0,07% (sete centésimos por cento).

Posteriormente, a Celgpar e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. decidiram alienar as suas participações na Celg Distribuição S.A., no âmbito do Edital nº PND 02/2016/CELG D <sup>9</sup>, disseminado no Diário Oficial da União, em 28.10.2016, culminando com a transferência do controle acionário, em 14.02.2017.

Assim, decorrente do cumprimento dos procedimentos relacionados ao Edital nº PND 02/2016/CELG D, de 28.10.2016, a Celgpar, desde 14.02.2017, e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A., a partir de 04.05.2017, não são mais acionistas da Celg Distribuição S.A.

A Celgpar, atualmente, tem uma única participação direta, é proprietária da totalidade das ações de emissão da Celg Geração e Transmissão S.A., constituída na modalidade de subsidiária integral, nos termos do Art. 251, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

A Celg Geração e Transmissão S.A., em convergência com o respectivo objeto social, foi autorizada a funcionar, mediante a outorga de concessões do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica, compreendendo unidades de geração e linhas de transmissão.

<sup>6</sup> A abertura do Capital da Companhia Celg de Participações foi deferida pela Comissão de Valores Mobiliários, fundamentada na documentação constante dos autos do Processo nº CVM RJ/2007-14919, comunicada por essa instituição de regulação e monitoramento do mercado de valores mobiliários, mediante Ofício Cvm/Sep/Ric nº 012, de 14 de março de 2008.

<sup>7</sup> As ações de emissão da Companhia Celg de Participações encontram-se reproduzidas na segunda parte, do *caput*, do Art. 4º, do Estatuto Social, aprovado na 44ª Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de junho de 2018, arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás, sob o número 52185347533, em 7 agosto de 2018.

<sup>8</sup> O Capital Social Realizado da Companhia Celg de Participações, expresso em moeda corrente, está retratado na primeira parte, do *caput*, do Art. 4º, do Estatuto Social, de 28.06.2018, alocado nos portais da Comissão de Valores Mobiliários e da B<sup>3</sup> S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, pelo sistema Empresas Net, na Categoria "Estatuto Social", e no sítio da Companhia Celg de Participações.

<sup>9</sup> O Edital nº PND 02/2016/CELG D, de 28.10.2016, observada a identificação da sigla "PND" pela expressão "Programa Nacional de Desestatização", está alocado no portal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificamente no título "Desestatização - CELG D"; também acessível diretamente mediante acesso via [link: https://go.qlfWvRkD](https://go.qlfWvRkD).

## 7. GERAÇÃO

As unidades de geração de energia elétrica da Celg Geração e Transmissão S.A. são representadas pela Usina Hidrelétrica de Rochedo; e pela Usina Hidrelétrica de São Domingos, na condição de concessão precária, sujeita à licitação pela União.

A subsidiária integral da Celgpar possui investimentos na área de geração, em 2 (duas) sociedades, no Consórcio da Energética Corumbá III S.A. e na Energética Fazenda Velha S.A., com 37,5% (trinta e sete inteiros, e cinco décimos por cento) e 20,0% (vinte por cento), respectivamente.

Ainda, no segmento de geração de energia elétrica, a Celg Geração e Transmissão S.A. concentrou esforços, resultando na alocação de recursos financeiros em 27 (vinte e sete) projetos de geração de origem hidráulica, visando permitir empreender futuras participações nesses empreendimentos.

## 8. TRANSMISSÃO

A subsidiária integral da Celgpar participa, também, em 4 (quatro) Sociedades de Propósito Específico, no setor de transmissão, sendo que na Lago Azul Transmissão S.A. detém o controle acionário, haja vista a participação com 50,1% (cinquenta inteiros, e um décimo por cento) do capital social.

Nas outras 3 (três) Sociedades de Propósito Específico, possui participações relevantes: na Pantanal Transmissão S.A. e na Firminópolis Transmissão S.A. com 49,0% (quarenta e nove por cento) em cada, e na Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. com 10,0% (dez por cento).

## 9. INTERESSE PÚBLICO

O interesse público subjacente às atividades empresariais da Celgpar encontra-se expresso na Missão, estabelecida no âmbito do Art. 4º, vinculado ao Capítulo II Diretrizes, Princípios e Valores, do Código de Conduta e Integridade, aprovado na 122ª Reunião do Conselho de Administração, de 29 de maio de 2018.

O Código de Conduta e Integridade, elaborado em consonância com o § 1º, do Art. 9º, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, divulgado no portal da Comissão de Valores Mobiliários e B³ S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão<sup>10</sup>, apresentou como Missão da Celgpar:

" ...

*A missão da Sociedade é prover soluções e serviços de energia elétrica de qualidade nas sociedades controladas, mediante a satisfação de seus clientes, fornecedores, prestadores de serviços e colaboradores, sempre em observância à responsabilidade social.*

... "

Complementarmente à identificação pela Missão, o interesse público encontra-se implícito na Visão, reproduzida no Art. 5º, do Código de Conduta e Integridade, de 29.05.2018, representada pela seguinte expressão:

" ...

*A visão da Sociedade é ser uma empresa de excelência, que atenda ao mercado, por meio das respectivas controladas, em suas necessidades relacionadas à energia elétrica, infraestrutura e serviços correlatos, de forma a pulverizar e alcançar toda a população carente deste tipo de serviço.*

... "

Os valores institucionais da Celgpar encontram-se reproduzidas no Art. 8º, do Código de Conduta e Integridade, de 29.05.2018, representadas pela ética, impessoalidade, responsabilidade, inovação, competência, respeito, integridade e transparência.

## 10. FATORES DE RISCO

Os riscos da Celgpar<sup>11</sup> estão vinculados às atividades empreendidas pela Celg Geração e Transmissão S.A., na condição de concessionária dos serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica, cujos atos e tarifas são regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica:

### 10.1. Risco de Taxa de Juros

Refere-se à possibilidade da Celg Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Celgpar, incorrer em perdas, decorrente de flutuações nas taxas de juros, resultando no incremento de despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados.

<sup>10</sup> O Código de Conduta e Integridade foi alocado, via sistema Empresas Net, nos portais da Comissão de Valores Mobiliários e da B³ S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, na Categoria "Código de Conduta", bem como encontra-se no sítio da Companhia Celg de Participações, decorrente da disposição presente no Art. 13, § 2º, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, veiculada no Diário Oficial da União, em 09.12.2009.

<sup>11</sup> Os Fatores de Riscos da Companhia Celg de Participações estão detalhados no Subitem 4.1, do Formulário de Referência, em cumprimento à exigência constante do Inciso II, do Art. 21, combinado com o § 1º, do Art. 24, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, difundida no Diário Oficial da União, em 09.12.2009.

Os empréstimos e financiamentos, aplicáveis, e vinculados a projetos específicos de infraestrutura básica, obtidos em moeda estrangeira, perante instituições internacionais de fomento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

#### **10.2. Risco de Crédito**

O risco de crédito é decorrente da possibilidade da Celg Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Celgpar, apresentar perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de seus clientes.

Esse risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos, entretanto, essa variável pode ser reduzida, mediante a implementação de atos e/ou procedimentos rígidos de execução de políticas específicas de cobrança.

Ainda, a Administração da Celgpar e da Celg Geração e Transmissão S.A. tomaram medidas, indispensáveis para viabilizar a cobertura adequada dos créditos de liquidação duvidosa mediante provisão, visando recepcionar eventuais perdas em sua realização.

#### **10.3. Risco de Escassez de Energia**

Trata-se de risco de déficit de energia elétrica, decorrente de condições climáticas desfavoráveis quanto à ocorrência de chuvas, haja vista que a matriz energética brasileira está fundamentada, basicamente, em fontes hidráulicas.

Anos de estiagem prolongada influenciam o volume de água armazenada nos reservatórios das usinas hidrelétricas que, em níveis críticos, elevam substancialmente o risco de desabastecimento de energia elétrica.

As principais bacias hidrográficas, locais em que estão instalados os reservatórios do Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, têm enfrentado situações climáticas adversas, resultando na adoção de medidas de otimização dos recursos hídricos para garantir o pleno atendimento ao sistema elétrico.

Fundamentadas nestas perspectivas, e diagnosticado o risco de curto prazo, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE <sup>12</sup> tem apontado equilíbrio entre a demanda e a oferta de energia, mantidos os índices dentro de margem de segurança.

Por outro lado, esse risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS <sup>13</sup> que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no sítio [www.ons.org.br](http://www.ons.org.br), não contempla programa de racionamento para os próximos 2 (dois) anos.

Consequentemente, nesse cenário cético, eventuais impactos no consumo de energia elétrica podem ocasionar perdas em razão da redução de receitas para a Celg Geração e Transmissão S.A., e, consequentemente, para a controladora Celgpar.

#### **10.4. Outros Fatores de Risco**

- Sujeição a limitações quanto ao valor e utilização de financiamento do setor público, que poderia impedir a obtenção de financiamento e implantação de investimentos;
- Impossibilidade eventual de conclusão de programa de investimentos no prazo previsto;
- Construção, expansão e operação de instalações e equipamentos de geração e transmissão envolvem riscos significativos, que podem causar perda de receitas ou aumento de despesas;
- Violações de segurança e outras perturbações poderiam comprometer centros de dados e operações e expor a Celg Geração e Transmissão S.A. a responsabilidades, com prejuízo ao negócio e à reputação;
- Danos decorrentes da prestação inadequada de serviços de energia elétrica podem não ser inteiramente cobertos pelas apólices de seguro contratados;
- Possibilidade de controladas e coligadas da Celg Geração e Transmissão S.A. não serem bem-sucedidas;
- Indisponibilidade de material e mão de obra em prazo adequado pode afetar os negócios;
- Probabilidade de serviços e materiais contratados não apresentar a qualidade esperada;

<sup>12</sup> O Art. 14, da Lei nº 10.848, de 15.03.2004, difundida no Diário Oficial da União, em 16.03.2004, autorizou a constituição do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, com a função de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional.

<sup>13</sup> O Art. 15, da Lei nº 9.648, de 27.05.1998, propagada no Diário Oficial da União, em 28.05.1998, autorizou a criação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, entidade de direito privado sem fins lucrativos, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN.



- Condições políticas e econômicas do Brasil podem afetar o negócio e o preço de mercado das ações;
- Possibilidade de alterações em políticas fiscais brasileiras, com efeito adverso;
- Evolução negativa de outras economias, especialmente nos países em desenvolvimento, com possibilidade de efeito negativo em investimentos estrangeiros no Brasil e em seu crescimento econômico; e
- Probabilidade de efeito adverso sobre as receitas operacionais caso haja a adoção pela Agência Nacional de Energia Elétrica de decisões desfavoráveis às tarifas da Celg Geração e Transmissão S.A.

## 11. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Os dados econômico-financeiros consolidados, constantes do Subitem 3.1, do Formulário de Referência <sup>14</sup>, exigidos pelo Inciso II, do Art. 21, combinado com o § 1º, do Art. 24, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, veiculada no Diário Oficial da União, em 09.12.2009, estão reproduzidos em seguida:

Valores em Reais

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIOS SOCIAIS		
	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2018
Patrimônio Líquido	-1.900.626.000,00	-1.776.260.000,00	-1.726.494.000,00
Ativo Total	2.123.880.000,00	1.191.481.000,00	1.324.069.000,00
Rec. Líq./Rec. Interm. Fin./Prem. Seg. Ganhos <sup>15</sup>	441.605.000,00	249.321.000,00	202.577.000,00
Resultado Bruto	377.605.000,00	126.706.000,00	104.842.000,00
Resultado Líquido	1.444.026.000,00	90.731.000,00	60.459.000,00
Número de Ações (Quantidade)	32.774.246	32.774.246	32.774.246
Valor Patrimonial da Ação	-57,991449	-54,196823	-52,678374
Resultado Básico por Ação	44,059778	2,768363	1,844711

## 12. COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES

A manutenção da situação de equilíbrio econômico-financeiro da concessão vinculada à Celg Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Celgpar, foi observada no exercício social de 2018 e nos exercícios anteriores, identificado reflexo na condição financeira e patrimonial na Celgpar.

A Celgpar apresentou lucro líquido do exercício de R\$ 62.506 mil, exercício social de 2018, com resultado operacional e financeiro positivos, fundamentado no ato de recomposição da Receita Anual Permitida da Celg Geração e Transmissão S.A., proveniente do incremento de investimentos corporativos.

O componente não circulante de peso em relação ao endividamento da Celgpar, no exercício de 2018, refere-se aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital promovidos pelo Governo do Estado de Goiás, no total de R\$ 1.252.877 mil.

Ainda, verificou-se que o montante da assunção de dívida feita pelo Governo de Goiás perante a Caixa Econômica Federal, atinente à operação de empréstimo do ano de 2014, alcançou a importância de R\$ 1.533.588 mil.

O saldo de empréstimos e financiamentos consolidado da Celgpar, em 31 de dezembro de 2018, totalizava R\$ 73.483 mil, sendo R\$ 3.429 mil pertinente às obrigações de curto prazo e R\$ 70.054 mil, concernente às obrigações de longo prazo.

A importância de R\$ 73.483 mil equivale a 1.358% (um mil, trezentos e cinquenta e oito por cento) superior ao respectivo saldo, na posição de 31.12.2017, em função da captação de recursos de terceiros efetuada pela controlada Celg Geração e Transmissão S.A.

A Dívida Líquida da Celgpar, observada a exclusão das obrigações estimadas, provisões e adiantamentos para futuro aumento do capital social, em 31.12.2018, totalizou R\$ 1.782.861 mil (um bilhão, setecentos e oitenta e dois milhões e oitocentos e sessenta e um mil reais).

<sup>14</sup> O Formulário de Referência encontra-se disponibilizado nos portais da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e, também, no sítio da Companhia Celg de Participações, decorrente do Art. 13, § 2º, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, veiculada no Diário Oficial da União, em 09.12.2009.

<sup>15</sup> A abreviatura "Rec. Líq./Rec. Interm. Fin./Prem. Seg. Ganhos", terceiro item da coluna "Discriminação", foco da apresentação de dados relativos aos exercícios de 31.12.2016, 31.12.2017, e 31.12.2018, vinculado aos "Dados Econômico-Financeiros Consolidados", designa na forma extensa: Receita Líquida/Receita Intermidiária Financeira/Prêmios Seguros Ganhos.

Concomitantemente, o Ebtida, representado pelo Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações, correspondente à geração operacional de caixa, atingiu o valor consolidado positivo de R\$ 61.664 mil.

A relação Dívida Líquida/Ebtida resultou em aproximadamente 28,91 vezes, posição inferior à comparada ao exercício de 2017, em relação à capacidade de pagamento, porém com valores absolutos da Dívida Líquida que decresceram em relação ao ano de 2017.

As principais fontes de financiamento para capital de giro, refletidos nos números consolidados do exercício de 2018, concentraram-se na geração de caixa das atividades operacionais, mediante o pagamento pelos clientes da Celg Geração e Transmissão S.A.

Também, essas fontes são oriundas do resultado financeiro positivo que culminou na injeção de recursos via Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital na controlada, e das atividades de investimentos, especificamente do fluxo de dividendos das participações societárias da controlada.

A Celg Geração e Transmissão S.A. pretende captar recursos por meio de contratos financeiros com instituições de grande e médio porte, necessários à realização de investimentos de curto e longo prazos, bem como na manutenção das disponibilidades de caixa em nível apropriado.

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2018 corresponde às atividades de geração e transmissão, ainda em fase de consolidação da recomposição dos efeitos oriundos da MP 579/2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11.01.2013, divulgada no Diário Oficial da União, em 14.01.2013.

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais da Celg Geração e Transmissão S.A. e, conseqüentemente, da Celgpar, encontram-se relatados nos 3 (três) itens subsequentes:

- aumento da Receita Anual Permitida - RAP das atividades de transmissão;
- incremento significativo das receitas/custos de construção dos ativos de transmissão, vinculados ao incremento da curva de investimentos da controlada no exercício de 2018; e
- acréscimo nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros.

Outras informações relativas aos Comentários dos Diretores encontram-se no Subitem 10.1, do Formulário de Referência, disponibilizado, em 29 de maio de 2019<sup>16</sup>, segundo Inciso II, do Art. 21, combinado com o § 1º, do Art. 24, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009.

### **13. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A ética, impessoalidade, responsabilidade, inovação, competência, respeito, integridade e transparência, são os princípios orientadores da Governança Corporativa da Celgpar, tendo como principal objetivo contribuir para a perenidade da Celgpar.

As práticas de Governança Corporativa adotadas pela Celgpar cumprem as exigências determinadas por diversos dispositivos da Comissão de Valores Mobiliários e das disposições presentes na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

As normas de divulgação de informação e negociação de valores mobiliários foram elaboradas pela Celgpar, segundo disposição presente no Art. 15 e Art. 16, da Instrução CVM nº 358, de 03.01.2002, publicada no Diário Oficial da União, em 28.01.2002.

As regras adotadas pela Celgpar estão contempladas nas "Políticas de Divulgação de Informação e de Negociação de Valores Mobiliários", aprovadas na 33ª Reunião do Conselho de Administração, de 02.03.2010.

As Políticas de Divulgação de Informação e de Negociação de Valores Mobiliários<sup>17</sup>, de 02.03.2010, estão arquivadas no Registro de Comércio e inseridas no portal da Comissão de Valores Mobiliários e da B³ S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, segundo Art. 30, Incisos XI e XII, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009.

Os dispositivos do Título I, identificado pela expressão "Disposições Aplicáveis às Empresas Públicas e às Sociedade de Economia Mista", da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, apresentou exigências relativas à estrutura de Governança Corporativa e adequações estatutárias.

As modificações na estrutura societária e organizacional, exigidas pela Lei nº 13.303, de 30.06.2016, aprovadas na 44ª Assembleia Geral Extraordinária<sup>18</sup>, de 28.06.2018, foram contempladas nas adequações estatutárias, observada a discriminação sequencial segundo apresentação no Estatuto Social:

<sup>16</sup> O Formulário de Referência está inserido nos portais da Comissão de Valores Mobiliários e da B³ S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e, também, no sítio da Companhia Celg de Participações, decorrente do Art. 13, § 2º, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, veiculada no Diário Oficial da União, em 09.12.2009.

<sup>17</sup> As Políticas de Divulgação de Informação e de Negociação de Valores Mobiliários, de 2 de março de 2010, aprovadas em cumprimento às exigências da Instrução CVM nº 358, de 03.01.2002, estão, também, alocadas no sítio da Companhia Celg de Participações, haja vista o atendimento à disposição presente no § 2º, do Art. 13, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009.

- I. extinção do Instituto do Capital Autorizado <sup>19</sup>, mediante realocação da competência de aprovação do Aumento do Capital Social para a Assembleia Geral de acionistas, precedida da avaliação pelos Conselheiros de Administração;
- II. incremento de atividade, no âmbito de Assembleia Geral Extraordinária, objetivando a fixação de remuneração para os membros do Comitê de Auditoria Estatutário;
- III. constituição dos órgãos estatutários Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Elegibilidade;
- IV. fixação de requisitos para indicação e eleição de membros do Conselho de Administração, Diretoria, e do Conselho Fiscal;
- V. estabelecimento de vedações para indicação e eleição de membros do Conselho de Administração, Diretoria, e do Conselho Fiscal;
- VI. penalidades em caso de indicação de Conselheiro de Administração, Diretor e/ou Conselheiro Fiscal em desacato aos requisitos e vedações previstos no Estatuto Social;
- VII. previsão do emprego dos formulários denominados "Declaração de Administrador" e "Declaração de Conselheiro Fiscal", necessário à avaliação de Conselheiro de Administração e/ou Diretor, e Conselheiro Fiscal, reespectivamente;
- VIII. responsabilização de Conselheiro de Administração, nos termos do Inciso II, do Art. 158, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, de convocação de evento societário para a eleição dos Administradores e/ou Conselheiros Fiscais, em contraposição à legislação vigente e ao Estatuto Social;
- IX. adoção das medidas pelo Acionista Controlador e sujeição de penalidades em relação à eleição de Administradores e membros do Conselho Fiscal;
- X. atos de investidura de Administradores, Conselheiros Fiscais, Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê de Elegibilidade;
- XI. exigência de participação dos Administradores e Conselheiros Fiscais na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente sobre:
  - legislação societária e de mercado de capitais;
  - divulgação de informações;
  - controle interno;
  - Código de Conduta e Integridade;
  - Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União, em 02.08.2013, relativa à responsabilização administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública; e
  - demais temas relacionados às atividades da Sociedade.
- XII. vedação de recondução de Administrador ou de Conselheiro Fiscal que não participar de nenhum treinamento anual, disponibilizado pela Sociedade, nos últimos 2 (dois) anos;
- XIII. submissão dos membros dos órgãos estatutários à avaliação de desempenho, individual e coletivamente, anualmente;
- XIV. vedação de eleição do Presidente do Conselho de Administração para o cargo de Diretor-Presidente da Celgpar, mesmo que interinamente;
- XV. impedimento do Conselheiro representante dos empregados participar das discussões relativas às relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, previdência complementar e assistenciais, decorrentes do conflito de interesse;

<sup>18</sup> A ata da 44ª Assembleia Geral Extraordinária, de 28.06.2018, foi inserida, via sistema Empresas Net, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGE", e Espécie "Ata", nos portais da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; e, também, no sítio da Companhia Celg de Participações, segundo exigência presente no Art. 13, § 2º, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, publicada no Diário Oficial da União, em 09.12.2009.

<sup>19</sup> Recepção da extinção do Instituto do Capital Autorizado em analogia ao Art. 27, § 3º, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União, em 28.12.2016, e republicado em 04.01.2017, representada pela transferência de competência da Reunião do Conselho de Administração para a Assembleia Geral Extraordinária.



- XVI.** exigência do Conselho de Administração ser composto por, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes <sup>20</sup>, segundo disposição presente no *caput*, do Art. 22, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016;
- XVII.** competência do Conselho de Administração eleger e destituir os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Elegibilidade;
- XVIII.** inclusão de atribuições relativas à Governança Corporativa, determinadas pela Lei nº 13.303, de 30.06.2016, ao Conselho de Administração, representadas pelas seguintes atividades:
- discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes;
  - implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Sociedade;
  - avaliar os Diretores da Sociedade, nos termos do inciso III, do Art. 13, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Elegibilidade;
  - promover anualmente a análise de atendimento às metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo;
  - elaborar e subscrever a carta anual, segundo previsão presente no Inciso I, do Art. 8º, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016;
  - aprovar e divulgar Carta Anual de Governança Corporativa, na forma prevista no Inciso VIII, do Art. 8º, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016; e
  - examinar a avaliação promovida pelo Comitê de Elegibilidade <sup>21</sup>, referente à designação dos Administradores e Conselheiros Fiscais.
- XIX.** impedimento do exercício de atividades pelos membros da Diretoria que configurem conflito de interesse, observada a forma e o prazo estabelecidos na legislação pertinente;
- XX.** deliberação de matérias pelos membros do Conselho Fiscal condicionadas e precedidas de emissão de opinião pelo Comitê de Auditoria Estatutário;
- XXI.** inclusão de capítulo sob o título "Comitê de Auditoria Estatutário", foco da definição da composição, eleição, funcionamento, mandato, requisitos, condições mínimas exigidas para integrar esse órgão estatutário, e atribuições;
- XXII.** inclusão de capítulo sob o título "Comitê de Elegibilidade", alvo da fixação da composição, eleição, funcionamento, mandato, requisitos, condições mínimas exigidas para integrar esse órgão estatutário, e atribuições;
- XXIII.** exigência de Auditoria Interna e Área de Conformidade e Gestão de Riscos, incumbindo ao Conselho de Administração estabelecer Política de Seleção para os titulares dessas unidades, no âmbito da Celgpar;
- XXIV.** vinculação da Auditoria Interna <sup>22</sup> ao Comitê de Auditoria Estatutário;
- XXV.** vedação da acumulação de cargo, mesmo que interinamente, por dirigentes de outros órgãos da Celgpar, na Auditoria Interna, Conformidade e Gestão de Riscos, e/ou outras áreas de controle;
- XXVI.** vedação dos membros estatutários e, ainda, os empregados da Celgpar e das suas controladas, contratar serviços ou obras para quaisquer entidades das quais sejam sócios, acionistas ou ocupem funções de direção ou administração; e
- XXVII.** responsabilização dos Administradores e dos Conselheiros Fiscais, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições.

<sup>20</sup> Os requisitos de independência, relativos aos membros integrantes do Conselho de Administração das Sociedades por Ações, estão discriminados no Inciso I ao Inciso VII, do § 1º, do Art. 22, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, divulgado no Diário Oficial da União, em 1º.07.2016, observadas as condições complementares estabelecidas nos parágrafos subsequentes do referido Art. 22.

<sup>21</sup> A avaliação dos indicados para o Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, será realizada mediante exame dos formulários "Declaração de Administrador", e "Declaração de Conselheiro Fiscal", respectivamente, acompanhados dos documentos citados e nas condições estabelecidas nesses documentos.

<sup>22</sup> A Auditoria Interna encontra-se vinculada diretamente ao Comitê de Auditoria Estatutário e indiretamente ao Conselho de Administração da Companhia Celg de Participações, em consonância com o disposto no Inciso I, do § 3º, do Art. 9º, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, reproduzida no Diário Oficial da União, em 1º.07.2016.

A condução da Celgpar em convergência com valores éticos, requer a atuação de todos envolvidos pelo Código de Conduta, desenvolvido em consonância com os valores e princípios da Celgpar, deliberado em evento societário da Celgpar.

O Código de Conduta e Integridade da Celgpar foi examinado e aprovado na 122ª Reunião do Conselho de Administração, de 29 de maio de 2018, subdivididos em 13 (treze) capítulos, distribuídos em 50 (cinquenta) artigos.

A elaboração e aprovação do Código de Conduta e Integridade atendeu determinação constante do § 1º, do Art. 9º, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, observada a convergência com esse documento, segundo Art. 79, do Estatuto Social.

Ainda, concernente ao Código de Conduta e Integridade foi constituído um Canal de Comunicação Confidencial com a Celgpar, via membros do Comitê de Auditoria Estatutário, disposto no § 2º, do Art. 67, do Estatuto Social, em consonância com o Inciso III, do Art. 9º, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016.

A Celgpar, visando aperfeiçoamento dos aspectos de Governança Corporativa, segundo exigência do Art. 8º, Inciso V, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, deliberou na 122ª Reunião do Conselho de Administração<sup>23</sup>, de 29.05.2018, pela aprovação da Política de Distribuição de Dividendos.

A Política de Distribuição de Dividendos tem como finalidade informar aos acionistas, investidores e ao mercado as práticas adotadas para a distribuição de lucros, tendo em vista a relevância da distribuição de lucros pela Sociedade, tendo, ainda, os seguintes objetivos:

- estabelecer as normas, regras e procedimentos, observada a divulgação desses atos de forma transparente e em consonância com as normas legais e estatutárias;
- assegurar a perenidade e a sustentabilidade de curto, médio e longo prazos da Sociedade; e
- permitir a flexibilidade e solidez financeira para a preservação harmoniosa dos negócios da Sociedade.

Ainda, os atos de Governança Corporativa, elencados neste título, são, também, exercidos na Assembleia Geral de acionistas, Reunião do Conselho de Administração, Reunião de Diretoria, Reunião do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê de Elegibilidade, citados e detalhados no item subsequente.

## 14. ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

### 14.1. Assembleia Geral de Acionistas<sup>24</sup>

Órgão soberano, responsável pela deliberação, pelos acionistas, em âmbito extraordinário, previstos no § 2º, do Art. 9º, do Estatuto Social, aprovado na 44ª Assembleia Geral Extraordinária, de 28.06.2019, das seguintes matérias:

- reformar o presente Estatuto Social;
- fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário, e os honorários e as gratificações dos Diretores, em data concomitante com a Assembleia Geral Ordinária;
- criar ou extinguir filiais, agências ou escritórios, no Estado de Goiás ou em qualquer outra parte do território nacional ou estrangeiro, observada a redação do Art. 2º, § 1º, da Lei nº 15.714, de 28.06.2006; e
- deliberar sobre as demais matérias de sua competência, constantes da legislação societária e do edital de convocação.

Ainda, no âmbito de Assembleia Geral Ordinária, objeto de realização até o quarto mês subsequente ao encerramento do exercício social, segundo Art. 132, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, ocorrerá a deliberação da seguinte pauta:

- deliberar sobre as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e apreciar o parecer que o Conselho Fiscal houver emitido;
- deliberar sobre o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício, bem como sobre a distribuição de dividendos;
- eleger os membros do Conselho de Administração, observadas as disposições específicas; e
- eleger os membros efetivos do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes; observadas as cláusulas específicas.

<sup>23</sup> A ata da 122ª Reunião do Conselho de Administração, de 29.05.2018, foi alocada pelo sistema Empresas Net, na Categoria "Reunião da Administração", Tipo "Conselho de Administração", e Espécie "Ata", nos sítios da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; e, também, no sítio da Companhia Celg de Participações, segundo Art. 13, § 2º, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, editada no Diário Oficial da União, em 09.12.2009.

<sup>24</sup> Os dispositivos de Assembleia Geral de acionistas da Companhia Celg de Participações estão contemplados no Capítulo XI, Art. 121 ao Art. 137, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, divulgado no Suplemento do Diário Oficial da União, em 17.12.1976; e no Art. 8º ao Art. 15, do Estatuto Social, de 28.06.2018.

#### **14.2. Conselho de Administração <sup>25</sup>**

Órgão de deliberação colegiada composto por 9 (nove) membros, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandatos fixados até a realização da segunda Assembleia Geral Ordinária seguinte à eleição, permitidas até 3 (três) reconduções consecutivas.

O colegiado do Conselho de Administração, observada a atribuição principal a fixação da orientação geral dos negócios da Celgpar, tem sua forma de atuação e competência estabelecidas no Art. 43, do Estatuto Social.

A eleição e destituição dos membros da Diretoria, integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Elegibilidade encontram-se entre as atribuições discriminadas no referido Art. 43, do Estatuto Social.

#### **14.3. Conselho Fiscal <sup>26</sup>**

Trata-se de órgão societário de funcionamento permanente, decorrente da condição da Celgpar, configurada como Sociedade Economia Mista, exigência presente no Art. 240, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, tendo como principal objetivo:

- analisar e opinar sobre as demonstrações financeiras trimestrais e anuais, fiscalizando também atos dos administradores.

O Conselho Fiscal é composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato a expirar na oportunidade da realização da segunda Assembleia Geral Ordinária seguinte à eleição, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas.

A composição, funcionamento, competências e outros aspectos do Conselho Fiscal estão estabelecidas no Art. 56 ao Art. 60, do Estatuto Social, e no Art. 161 ao Art. 165, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

#### **14.4. Diretoria <sup>27</sup>**

A Diretoria da Celgpar, incumbida das atividades executivas e com a atribuição privativa de representar a Celgpar, é composta por 3 (três) membros eleitos no âmbito de Reunião do Conselho de Administração.

Os membros da Diretoria serão eleitos na Reunião do Conselho de Administração, em momento imediatamente posterior à Assembleia Geral Ordinária, com mandatos até a segunda Assembleia Geral Ordinária seguinte à eleição, sendo permitidas, no máximo 3 (três) reconduções consecutivas.

As atribuições e deveres da Diretoria estão estabelecidos no Art. 50, e as competências individuais, relativas ao Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores, são encontradas no Art. 53 ao Art. 55, do do Estatuto Social.

#### **14.5. Comitê de Auditoria Estatutário <sup>28</sup>**

O Comitê de Auditoria Estatutário foi constituído em cumprimento ao disposto no Art 24, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, tendo como foco principal o exercício das funções de auditoria e de monitoramento, observada autonomia operacional e dotação orçamentária próprias.

O Comitê de Auditoria Estatutário é integrado por 3 (três) membros <sup>29</sup>, em sua maioria independentes, vedada a existência de membro suplente, incumbido ao respectivo Presidente a execução das deliberações desse órgão societário.

Esses membros estatutários são eleitos na Reunião do Conselho de Administração, em momento imediatamente posterior à Assembleia Geral Ordinária, com mandato até a segunda Assembleia Geral Ordinária subsequente a essa eleição, permitida uma única recondução consecutiva.

---

<sup>25</sup> As disposições de Reunião do Conselho de Administração estão contempladas no Capítulo XII, Art. 138 ao Art. 142, e Art. 145 ao Art. 160, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, divulgado no Suplemento do Diário Oficial da União, em 17.12.1976; e no Art. 16 ao Art. 22, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, editado nesse Órgão Oficial, em 1º.07.2016; e no Art. 16 ao Art. 36, e no Art. 37 ao Art. 43, do Estatuto Social, de 28.06.2018.

<sup>26</sup> Os dispositivos de Reunião do Conselho Fiscal estão reproduzidos no Capítulo XIII, Art. 161 ao Art. 165-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e no Art. 26, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; e no Art. 16 ao Art. 36, e no Art. 56 ao Art. 60, do Estatuto Social, de 28 de junho de 2018.

<sup>27</sup> As disposições de Reunião de Diretoria estão contempladas no Capítulo XII, Art. 138 e Art. 139, Art. 143 ao Art. 160, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e no Art. 16 ao Art. 22, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016; e no Art. 16 ao Art. 36, e no Art. 44 ao Art. 55, do Estatuto Social, de 28.06.2018.

<sup>28</sup> Os dispositivos do Comitê de Auditoria Estatutário estão reproduzidos no Art. 24 e Art. 25, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, editado nesse Órgão Oficial, em 1º.07.2016; e no Art. 16 ao Art. 36, e no Capítulo VIII, Art. 61 ao Art. 67, do Estatuto Social, de 28.06.2018, da Companhia Celg de Participações.

<sup>29</sup> Os Conselheiros de Administração poderão ocupar cargo no Comitê de Auditoria Estatutário, desde que optem pela remuneração de membro desse órgão estatutário e não tenham residência ou domicílio no exterior, observada a condição de independência, nos termos do Art. 25, combinado com o § 1º, do Art. 22, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016.

Entre as principais atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário estão a fiscalização, revisão, supervisão, acompanhamento e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Celgpar, detalhadas no Art. 67, do Estatuto Social.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário são responsáveis também pela operacionalização do Canal de Comunicação Confidencial da Celgpar, previstas no § 2º, do Art. 67, do Estatuto Social, em consonância com o Inciso III, do Art. 9º, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016.

#### **14.6. Comitê de Elegibilidade <sup>30</sup>**

O Comitê de Elegibilidade, criado em atendimento ao Art. 10, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, tem o objetivo de auxiliar os acionistas na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros do Comitê de Auditoria Estatutário.

O Comitê de Elegibilidade é composto por 3 (três) membros <sup>31</sup>, vedada a existência de membro suplente, atribuído ao respectivo Presidente o cumprimento das decisões desse órgão, deliberadas nas reuniões realizadas, sempre que forem necessárias.

Esses membros estatutários serão eleitos em Reunião do Conselho de Administração, em momento imediatamente posterior à Assembleia Geral Ordinária, com mandato até a segunda Assembleia Geral Ordinária subsequente a essa eleição, permitida uma única recondução consecutiva.

As manifestações do Comitê de Elegibilidade são deliberadas por maioria de votos com registro em ata, contemplando a transcrição das deliberações tomadas, observada a definição das atribuições nos incisos, do Art. 71, do Estatuto Social.

### **15. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PLANO DE NEGÓCIOS**

A redação do Art. 23, §1º, inciso II, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, requer a elaboração de planos estratégicos para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos, que, em sintonia com essa disposição legal, foram aplicados na Celgpar e na respectiva Subsidiária Integral, Celg Geração e Transmissão S.A.

O Planejamento Estratégico da Celgpar, aprovado na 132ª Reunião do Conselho de Administração, de 11.12.2018, fundamentou-se nas premissas consolidadas na alienação de 49% (quarenta e nove por cento) da participação da Celgpar na Celg Distribuição S.A.

Salienta-se que os aportes do Governo de Goiás, desde a constituição da Celgpar, com saldo no valor de R\$ 1.252.876.652,56 (um bilhão, duzentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), tiveram contribuição relevante.

A necessidade de conversão da dívida, perante o controlador, em capital próprio, com saldo de R\$ 1.533.588.224,87 (um bilhão, quinhentos e trinta e três milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, e duzentos e vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos), influenciaram na concepção desse evento.

Ainda, destaca-se, também, a interferência na formulação do Planejamento Estratégico, do empréstimo de mútuo concedido pela Celgpar para a Celg Distribuição S.A. e para a Celg Geração e Transmissão S.A., nos valores de R\$ 111.500.000,00 e R\$ 7.900.000,00, respectivamente, resultando nas seguintes medidas:

- saneamento das contas da Celgpar, de forma a equilibrar as contas do Ativo e do Passivo, resultando na conversão na situação de Patrimônio Líquido superavitário;
- fortalecimento, consolidação e equilíbrio econômico e financeiro da Celg Geração e Transmissão S.A.; e
- avaliação de inúmeras possibilidades de reestruturação societária, mediante saneamento da Celgpar e, conseqüentemente, fortalecimento da Celg Geração e Transmissão S.A.

O desempenho da Celgpar está intrinsecamente vinculado ao comportamento da Celg Geração e Transmissão S.A., conseqüentemente, destaca-se, os termos do Planejamento Estratégico e do Plano de Negócios dessa concessionária de geração e transmissão de energia elétrica, nos parágrafos subsequentes.

O Planejamento Estratégico e o Plano de Negócios da Celg Geração e Transmissão S.A. foram aprovados no Item 2.2, da pauta de matérias, da 132ª Reunião do Conselho de Administração, de 11 de dezembro de 2018, da Celgpar.

O Planejamento Estratégico da Celg Geração e Transmissão S.A. foi aprovado com prazo de 10 anos (2019-2028), evitando metas móveis anuais, devendo ser revistas as suas estratégias a cada 5 anos, de forma a manter formuladas as estratégias por mais 10 anos e em conformidade com os aspectos legais.

<sup>30</sup> As disposições do Comitê de Elegibilidade estão contempladas no Art. 10, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, editado nesse Órgão Oficial, em 1º.07.2016; e no Art. 16 ao Art. 36, e no Capítulo IX, Art. 68 ao Art. 71, do Estatuto Social, de 28.06.2018, da Companhia Celg de Participações.

<sup>31</sup> O Comitê de Elegibilidade poderá ser constituído por membros de outros comitês, preferencialmente do Comitê de Auditoria Estatutário, empregados ou Conselheiros de Administração.

A construção dos cenários do Planejamento Estratégico da Celg Geração e Transmissão S.A. observou os fatores políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, ecológicos, e legais, e as conjunturas da economia e do setor elétrico.

Nos diagnósticos foram utilizadas análises dos fatores externos e internos, mediante modelo de avaliação denominado "Matriz S.W.O.T", foco da mensuração das "Oportunidades" e "Ameaças", concernentes ao "Ambiente Externo", e "Pontos Fracos" e "Pontos Fortes", pertinentes ao "Ambiente Interno".

Os propósitos da Celg Geração e Transmissão S.A., amparadas, principalmente, na expansão de suas instalações de transmissão e a modernização de suas usinas hidrelétricas, encontram-se inclusas nos seguintes Projetos Estratégicos:

- I. Concurso Interno para Projetos de Redução de Custos;
- II. Expansão dos Negócios da Celg GT;
- III. Infraestrutura para Abastecimento de Carros Elétricos;
- IV. Tratamento e Aproveitamento de Resíduos;
- V. Redução do Consumo de Água, Energia e Insumos;
- VI. Manejo Integrado de Vegetação nas Faixas de Passagem de Linhas de Transmissão;
- VII. Modelagem de Processos Internos;
- VIII. Sistema ERP, representado por sistema integrado de gestão empresarial (em andamento);
- IX. Nova Sede (construção, aquisição ou locação de imóvel);
- X. Redução da Parcela Variável;
- XI. Melhoria dos Indicadores de O&M;
- XII. Redução de Horas Extras e Sobreavisos;
- XIII. Implantação de Programa de Qualidade ISO 9000 no COT;
- XIV. Mapeamento de Competências por Cargos e Perfis de Gestão;
- XV. Revisão do Plano de Cargos e Remuneração;
- XVI. Reestruturação Organizacional;
- XVII. Treinamento e Capacitação; e
- XVIII. Monitoramento do Clima Organizacional.

O Plano de Negócios da Celg Geração e Transmissão S.A. fundamenta-se na obrigação presente no Art. 23, §1º, inciso I, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, mediante a sua aprovação, até a última Reunião do Conselho de Administração do ano anterior, concernente ao exercício anual seguinte.

Os membros estatutários, na 132ª Reunião do Conselho de Administração, de 11.12.2018, da Celgpar examinaram atentamente o Plano de Negócios da Celg Geração e Transmissão S.A. e, concomitantemente, identificaram e ratificaram os seguintes aspectos:

- a) objeto social da Celg GT;
- b) identidade organizacional;
- c) estrutura organizacional;
- d) contrato de concessões;
- e) contextos nacional e estadual, dos negócios da Celg GT;
- f) diagnóstico do momento;
- g) destaque dos principais desafios superados;
- h) Cenário 2019;
- i) Proposta Estratégica;
- j) Orçamento 2019;
- k) Fluxo de Caixa 1019; e
- l) Análise de Risco.

Os instrumentos de gestão do Planejamento Estratégico da Celgpar, Planejamento Estratégico e Plano de Negócios da Celg Geração e Transmissão S.A. são representados pelos órgãos estatutários, elencados no Item 14, sob o título "Órgãos Estatutários", exceto o Comitê de Elegibilidade, reproduzidos em seguida:

- Assembleia Geral de acionistas;
- Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal;
- Diretoria; e
- Comitê de Auditoria Estatutário.



## 16. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES <sup>32</sup>

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar, assim como de sua subsidiária integral observaram os critérios estabelecidos, mediante aprovação pelas respectivas Diretorias, no âmbito do Plano de Cargos e Remuneração - PCR.

A maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes na Celgpar e de sua subsidiária integral, relativas ao mês de agosto de 2019, foram de R\$ 2.364,97 (dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos) e R\$ 23.921,82 (vinte e três mil, novecentos e vinte e um reais e oitenta e dois centavos), respectivamente.

Concernente aos Diretores e assessoria da Celgpar, a maior e menor remuneração corresponde a R\$ 3.640,78 (três mil, seiscentos e quarenta reais e setenta e oito centavos) e R\$ 23.921,82 (vinte e três mil, novecentos e vinte e um reais e oitenta e dois centavos), não sendo cumulativa para os Diretores comuns <sup>33</sup> à Celg Geração e Transmissão S.A.

A Remuneração dos integrantes do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e da Diretoria da Celgpar <sup>34</sup>, relativos ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, estão reproduzidos em seguida:

DISCRIMINAÇÃO	Remuneração em Reais			
	DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
Número de Membros	3	9	3	3
Maior Remuneração Individual	41.048,57	4.104,86	4.104,86	4.104,86
Menor Remuneração Individual	41.048,57	4.104,86	4.104,86	4.104,86
Remuneração Individual Média	41.048,57	4.104,86	4.104,86	4.104,86

NOTA: Dois membros da Diretoria da Celgpar são remunerados pela Celg Geração e Transmissão S.A. <sup>35</sup> e um pela Celgpar, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade, haja vista o exercício comum da administração das duas sociedades.

**CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA, APROVADA NA 143ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**, observada a assinatura do Secretário da Mesa e dos membros do Conselho de Administração da Companhia Celg de Participações.

Goiânia, 24 de setembro de 2019.

Eduardo José dos Santos  
Secretário da Mesa

Savio de Faria Caram Zuquim  
Presidente da Mesa e do  
Conselho de Administração

Wagner Oliveira Gomes  
Conselheiro de Administração

Lener Silva Jayme  
Conselheiro de Administração

<sup>32</sup> A Remuneração dos Administradores da Companhia Celg de Participações estão detalhados no Subitem 13.1, do Formulário de Referência, em cumprimento à exigência constante do Inciso II, do Art. 21, combinado com o § 1º, do Art. 24, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, difundida no Diário Oficial da União, em 09.12.2009.

<sup>33</sup> O Diretor-Presidente e o Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia Celg de Participações são, respectivamente, Diretor-Presidente e Diretor Vice-Presidente, da Celg Geração e Transmissão S.A.; observada a existência de diretores específicos na Controladora e na Controlada, representada pela Diretoria de Gestão Corporativa e pela Diretoria Técnica e Comercial, respectivamente.

<sup>34</sup> Os membros do Comitê de Elegibilidade não têm remuneração adicional além da recebida pelas outras funções exercidas na Companhia Celg de Participações, decorrente de vedação presente no Inciso V, do Art. 33, do Estatuto Social, de 28.06.2018, em analogia ao § 3º, do Art. 21, do Decreto nº 8.945, de 27.12.2016, publicado no Diário Oficial da União, em 28.12.2016, e republicado em 04.01.2017.

<sup>35</sup> O Diretor-Presidente e o Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia Celg de Participações são remunerados pela Celg Geração e Transmissão S.A., tendo em vista o exercício da titularidade de Diretorias similares naquela subsidiária integral; sendo a titular da Diretoria de Gestão Corporativa remunerada pela Companhia Celg de Participações.

Fernando Oliveira Fonseca  
Conselheiro de Administração

José Fernando Navarrete Pena  
Conselheiro de Administração

Dionizio Jerônimo Alves  
Conselheiro de Administração

Daniel Augusto Ribeiro  
Conselheiro de Administração

Gilmar José de Moraes  
Conselheiro de Administração